



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social
Sub-eixo: Políticas de trabalho e geração de renda

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM FOCO: A EXPERIÊNCIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO EM MEIO AO CENÁRIO PANDÊMICO.

FÁTIMA VALÉRIA FERREIRA DE SOUZA ¹
LARISSA SIQUEIRA SALDANHA ²
LÍVIA VITÓRIA DE SÁ RODRIGUES DA SILVA ³
NATÁ SOUSA COUTINHO ⁴
VINÍCIUS HORÁCIO PINTO GUIÃO ⁵

Resumo: Este texto é fruto do projeto de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva, realizado em cooperação com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu (Semas). Iniciado em 2020, de maneira remota, em função da pandemia de Covid-19, sintetiza esforços e resultados da parceria com a Semas, na capacitação de técnicos e na formação acadêmica de alunos da graduação e pós-graduação em Serviço Social.

Palavras-chave: assistência social; serviço social; ensino,

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

2 Profissional de Serviço Social. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

3 Estudante de Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

4 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Do Estado Do Rio De Janeiro

5 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio De Janeiro

pesquisa e extensão, pandemia.

Abstract: This text is the result of the Research and Extension Project Social Work, Social Assistance and Productive Inclusion, realized in cooperation with the Municipal Secretariat of Social Assistance of Nova Iguaçu (Semas). Started in 2020, remotely, due to the Covid-19 pandemic, it synthesizes efforts and results of the partnership with Semas, in the training of technicians and academic training of postgraduate and graduate students in Social Work.

Keywords: social assistance; social work; teaching, research and extension, pandemic.

1. INTRODUÇÃO

A pandemia de covid-19 que assolou o mundo a partir de 2020 impôs à universidade novos desafios. De um lado, a suspensão das atividades presenciais, cumprindo os protocolos na preservação da vida e contenção da doença, de outro, garantir seu papel no campo das ciências participando de pesquisas na busca de decifrar o vírus, compreender os sintomas e tratamentos e, o mais urgente, na descoberta de vacinas.

O isolamento social, necessário para preservação de vidas, no entanto, trouxe consequências perversas, principalmente para os mais pobres. A perda do trabalho, seja ele formalizado ou não, agravou situações de desproteção social. Desemprego, fome, além das diversas formas de violência agravadas pela intensificação do convívio familiar. Era mister compreender esta nova realidade, e a universidade não poderia se furtar. Teve de se reinventar. As críticas ao ensino na modalidade remota

cederam lugar para que assegurasse sua missão, ofertando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Em meio ao caos, retoma as atividades de ensino remoto a partir de meados de 2020. Nas pesquisas e projetos de extensão, nas diferentes áreas, a temática da pandemia é inserida.

Em Nova Iguaçu a assistência social não parou. Como fechar as unidades de atendimento justamente quando a população mais precisava dos serviços e benefícios do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)? Como negar atendimento diante da desinformação e da busca desesperada por cestas básicas, diante do tardio pagamento do “auxílio emergencial”? De portas abertas, a Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) conviveu com o medo do contágio, o adoecimento de técnicos, e o crescimento exponencial da demanda.

É neste cenário que alavancamos nosso projeto. O projeto de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva começou a ser articulado com a Semas em junho de 2020. Em outubro do mesmo ano abrimos seleção para 10 alunos. Por compreender que a realidade de Baixada Fluminense tem especificidades, mas também para facilitar futuros deslocamentos, a preferência para a seleção era ser morador da região. Inicialmente, selecionamos oito extensionistas. Em maio de 2021 o projeto foi contemplado com duas bolsas de extensão, no edital Profaex, da Pró-reitoria de Extensão. Estando na modalidade remota, iniciado com alunos da graduação, o projeto recebeu a adesão também de alunos de pós-graduação, um, inclusive aluno do mestrado da PUC-SP.

Como iniciar uma atividade de extensão sem poder ir ao campo? Na modalidade remota, começamos a compreender o que é a inclusão produtiva, que ações são desenvolvidas pela assistência social, bem como a pesquisar as atividades realizadas em Nova Iguaçu. O interesse por acompanhar ações de inclusão produtiva colocou a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades (hoje extinta) como locus privilegiado de ação. Em parceria com a Agência, definimos que os agricultores

seriam o público alvo para as atividades de extensão. Tal escolha, como se verá no decorrer do texto, mostrou-se inviável de ocorrer na modalidade remota. O projeto também previa a abertura de vagas de estágio em Serviço Social. O estágio, no entanto, teve de aguardar as vacinas para os alunos. Funcionando a todo vapor, a Semas não abriu a possibilidade de estágio remoto. Para os supervisores, atarefados com o crescimento da demanda, o estágio remoto foi visto como mais uma atividade na já exaustiva rotina de trabalho.

Em junho de 2021, com a chegada da vacina no município, a Secretaria colocou a vacinação a disposição dos alunos, para que as atividades pudessem ocorrer de forma presencial. Finalmente os extensionistas começam os plantões na Agência Nova Iguaçu de Oportunidades. Com a vacina, também o estágio pôde começar. Neste caso, morar na Baixada Fluminense foi critério obrigatório, já que a Secretaria disponibilizou bolsas para os estagiários. Dos 38 inscritos, 13 foram selecionados. Destes, duas integraram também ao projeto de extensão.

A pandemia de Covid-19 deixou marcas profundas na humanidade. Ter iniciado o projeto ainda em 2020 possibilitou aos alunos lidarem com as adversidades impostas pela modalidade de ensino remoto, verificar os impactos na saúde, na assistência social, mas também na educação. A falta de condições objetivas para que muitos alunos acompanhassem as atividades de ensino, pesquisa e extensão não podem ser minimizadas. Algumas atividades, inicialmente previstas, não puderam ser desenvolvidas, outras foram adaptadas. O saldo, contudo, tem sido positivo e este texto, que conta com a participação dos extensionistas, é um dos resultados.

2. A POSSIBILIDADE DE CONHECER A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – IMPORTÂNCIA PARA ALUNOS DE SERVIÇO SOCIAL

As diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social em vigor no país apontam como perfil dos formandos um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento (ABEPSS, 2002). Esta referência decorre da visão hegemônica no interior da profissão que associa a emergência do Serviço Social a um modo específico de intervenção Estatal na questão social, em um dado período histórico do capitalismo, a saber, a idade dos monopólios. Tem-se, portanto, que neste período o Estado, deixando-se penetrar por demandas da classe trabalhadora, com fins de legitimação política, assume um compromisso sistemático e contínuo de enfrentamento da questão social via políticas sociais (NETTO, 2011). São estas as condições histórico-políticas que abrem espaço para o surgimento do Serviço Social enquanto profissão. Em outras palavras: o Serviço Social é uma profissão implicada aos mecanismos de intervenção Estatal nas expressões da questão social, sendo a política social, conforme aponta Iamamoto “uma mediação fundamental do exercício profissional voltado para a sua formulação, gestão, avaliação e financiamento” (2014a, p. 618).

Neste sentido, é esta característica da profissão que exige dos assistentes sociais uma formação que o possibilite compreender criticamente a realidade social a qual estes mecanismos de enfrentamento das expressões da questão social – dentre os quais as políticas sociais – buscam impactar. E, mais, requer desse profissional uma visão igualmente crítica que o permita compreender tais mecanismos a partir das contradições que os complexificam. Isto porque ao mesmo tempo em que as ações destinadas à proteção social são produto da intensa organização e mobilização da classe trabalhadora, ela pode ser refuncionalizada pelo Estado de modo a atender aos reclames do capital em relação à manutenção da força de trabalho. Disto resulta o caráter contraditório próprio da profissão que, como aprendemos com Iamamoto,

Reproduz também, pela mesma atividade, interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (IAMAMOTO, 2014b, p. 81).

Isto para sinalizar a importância de que a formação profissional de assistentes sociais permita que os formandos debatam estes aspectos inerentes ao fazer profissional. Não por acaso, as políticas que compõem o tripé da Seguridade Social brasileira – saúde, previdência e assistência social – são, atualmente, os maiores espaços sócio-ocupacionais, de acordo com Iamamoto (2017). Dentre essas políticas, a assistência social ganha centralidade devido a uma série de fatores resultantes de um contexto político e econômico de ofensiva neoliberal que, segundo Mota (2010), retrai as políticas redistributivas dando ênfase às políticas compensatórias de enfrentamento à pobreza com um forte traço seletivo e fragmentado. Ademais, a constante privatização e mercantilização da saúde e da previdência – através dos planos de saúde e da previdência complementar, respectivamente – impulsionam as ações voltadas para o cidadão pobre, ampliando os objetivos e o escopo de atendimento da Assistência Social.

Este liame entre o Serviço Social e a Assistência Social que buscamos salientar aqui, reforça a real necessidade de que os alunos em formação conheçam esta política. Além das razões que destacamos, não se deve desconsiderar o fato de esta política trazer nos documentos e normativas que a balizam, a presença do assistente social na equipe mínima de referência das unidades de atendimento em todos os níveis de proteção – básica e especial de média e alta complexidade. Soma-se a isto, o desenho complexo que a política traz, com um modelo descentralizado, de governança multi-nível, uma intrincada tipificação dos serviços socioassistenciais, com pouca clareza quanto às diferenças entre programas, serviços e benefícios, além de, finalmente, objetivos ambiciosos circunscritos em suas normativas no que tange tanto ao alcance possível de uma política social na ordem capitalista, quanto às próprias capacidades burocráticas em nível municipal

que é onde a política é, de fato, implementada.

Estes elementos, densos e extensos, acabam impossibilitando que a política de assistência social seja debatida em disciplinas de graduação cuja carga horária é limitada – a título de exemplo, no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), há apenas uma disciplina em seu currículo obrigatório, com carga horária de 30 horas, destinada à política de assistência social. Ainda que a oferta de disciplinas optativas ou a transversalidade da política em outras disciplinas sejam possibilidades, o debate ganha uma outra dimensão quando inserido em projetos de pesquisa e extensão como o que é relatado neste espaço. Nesta aparente lacuna, o Projeto de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva insere-se tanto como uma possibilidade de ampliação do debate em torno da política pública de assistência social aos universitários do curso de Serviço Social, quanto como uma oportunidade de observação de como as teorias que nos ajudam a compreender a realidade na qual a política se insere, aparecem no cotidiano do assistente social. Não obstante, contribui, ainda, para a formação continuada de assistentes sociais atuantes nesta política.

3. A INCLUSÃO PRODUTIVA EM NOVA IGUAÇU

Nova Iguaçu, em sua expressividade, nos apresenta além de um território extenso, a complexidade de uma cidade-metrópole que compõe o conjunto de municípios que formam a região Metropolitana do Rio de Janeiro. Dentre as tantas expressões da chamada 'questão social' em que um estado tão desigual poderia

manifestar, o desemprego e a profundidade das suas consequências delineiam traços de uma realidade que marca o cotidiano da vida urbana e rural dos cidadãos iguaçuanos.

O aprofundamento dessa condição afeta a dinâmica da cidade e de seus moradores além de trazer rebatimentos principalmente para a Política de Assistência Social gerida no município, o que propõe a urgência de uma abordagem interventiva que considere, nessa perspectiva (da Política), a Inclusão Produtiva como uma possibilidade para essa realidade.

Dentre as unidades de atendimento voltadas para a execução dessa Política, cria-se, pela Superintendência de Proteção Básica da Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, a Agência Nova Iguaçu de Oportunidades com a finalidade de promover ações de inclusão produtiva a partir das demandas de trabalho e renda presentes no município. O Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (ACESSUAS-TRABALHO), regulamentado pela nova redação do Anexo da Resolução nº 25 de dezembro de 2016, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), dá amparo à Agência quando prevê que:

Cabe à assistência social identificar e acolher as demandas, mobilizar e garantir direitos e ser vocalizadora da população em vulnerabilidade, pois ela reconhece as capacidades e potencialidades dos usuários, promove o seu protagonismo na busca de direitos e espaços de integração relacionados ao mundo do trabalho, bem como o resgate de sua autoestima, autonomia e resiliência. (BRASIL, 2016, s/n).

Nesse sentido, ela surge como responsável pelo direcionamento de ações voltadas para o público usuário da Política de Assistência Social na tentativa de promover a inserção destes ao mundo do trabalho. A experiência em campo de alunos extensionistas durante o período de aproximadamente seis meses junto a Agência possibilitou, para além da observação, a participação ativa na construção de uma abordagem emancipatória e de protagonismo tendo em vista a realidade apresentada por cada usuário e ainda pelos grupos acompanhados pelo município.

Dentre eles, agricultores familiares, mulheres imigrantes e homens idosos imigrantes da Venezuela, Jovens inseridos no Cadastro Único e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas que integravam o Programa Juventude Protegida no município e usuários dos CRAS - Centro de Referência da Assistência Social, que nas oficinas, fruto dos serviços de convivências nos CRAS, produziam artesanatos e/ou outros tipos de produtos comercializáveis que posteriormente poderiam ser vendidos em feiras organizados pela Agência dentro do município.

Com a possibilidade da vacinação da equipe do Projeto, os extensionistas, alguns na condição concomitante de estagiários se inseriram no interior da Semas de forma presencial e puderam ter a experiência de acompanhar e auxiliar o fazer profissional, bem como acompanhar as pesquisas e reflexões que se davam de forma teórica e remota. Este primeiro momento se mostrou extremamente necessário para uma ambientação dos discentes.

Ao acompanhar as atividades de Inclusão Produtiva realizadas no município, questões como a desarticulação das demais secretarias com a pasta da Assistência foram localizadas. Embora a gestão da Secretaria se apresentasse de forma ativa no compromisso de trabalhar a Inclusão Produtiva, esbarrava-se nos limites impostos pela conjuntura do cenário em que se inseria. Entretanto, as atividades se davam de forma responsável e a equipe do Laboratório era ouvida e acionada sempre que necessário, o que demonstra um real interesse no assunto acerca da Inclusão Produtiva. Interesse também ocasionado pela demanda trazida pelos usuários que acessavam o equipamento e que foi exacerbado pela crise sanitária e econômica em que enfrenta o país. Tendo a Secretaria não fechado em nenhum momento desde a declaração da pandemia de COVID-19, emergia então novas estratégias para atender os usuários e assim foi feito e firmado o compromisso com a Extensão Universitária.

4. A ARTICULAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O processo de reunião de um Laboratório de Pesquisa e Extensão não acontece apenas no momento em que se iniciam os informes, ou quando - durante os últimos dois anos de pandemia da COVID-19 - a sala virtual é acessada. Tendo como referência pedagógica a utilização de textos acadêmicos oriundos de revistas e coletâneas da própria área de Serviço Social (como algumas edições das revistas “Em Pauta” e “Katálysis”), o estudo prévio se faz necessário para que nos encontros possam ser debatidas as questões trazidas pelos membros da equipe.

A leitura de textos acadêmicos, sem a lógica da devolução de um trabalho ou da realização de uma prova escrita, tão importantes, mas já utilizados em sala de aula, é algo encontrado no Laboratório. A leitura não deixa de ser um recurso, apenas é utilizado de forma diferente. Tem-se o dever do texto, porém o que é trazido são questões para uma discussão horizontal e que contribui para a absorção dos conteúdos acadêmicos.

O contato, mais de perto, com o cenário científico acaba por propiciar a produção de conhecimento, o que não foi diferente com o Laboratório. O estímulo à participação em eventos e congressos de pesquisa e extensão é uma de suas marcas. Durante este período os integrantes dos projetos puderam participar da redação de resumos, artigos e apresentações de trabalhos, com destaque para as três edições do Festival do Conhecimento desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e do IX Congresso Nacional de Extensión. VIII Jornadas de Extensión del Mercosur. Destaca-se, também, a aprovação de um trabalho, para apresentação na edição de 2022, do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, o XVII CBAS. Tal trabalho, inclusive, é resultado do curso de extensão: Treinamento e qualificação profissional na política de assistência social: o suas em Nova Iguaçu, que será relatado abaixo. Logo, mais do que uma prestação de contas ou divulgação dos feitos de um Laboratório, estes feitos apontam os resultados do acúmulo teórico advindos da aproximação dos discentes com a Extensão Universitária.

Com uma equipe de discentes oriundos da região da Baixada Fluminense, o projeto apresenta-se com uma devolução social e territorial importante, uma vez que são moradores que vivenciam a realidade pesquisando e observando as dinâmicas *in loco*. Algo que faz consonância com o compromisso ético-político da profissão e que traz também uma abrangência teórica e um acúmulo importante para a pesquisa em Serviço Social.

4.1 O desenvolvimento do Curso de Extensão como aprendizado em Pesquisa Acadêmica

Ao abrir as portas para a extensão universitária, a Semas apresentou como demanda a contribuição da universidade no processo de capacitação continuada de sua equipe. O “Curso de Extensão Treinamento e Qualificação Profissional na Política de Assistência Social: o SUAS em Nova Iguaçu”, emerge da demanda trazida pela gestão da Semas no momento em que a parceria é firmada. A pouca discussão da assistência social nos currículos acadêmicos tem reflexos na prática profissional. Ademais o rodízio de técnicos também é uma marca, exigindo desta política investimentos na capacitação das equipes. A demanda por capacitação vai ao encontro da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (Brasil, 2013).

Com carga horária de 80 horas, e estruturadas em 22 aulas com temas inerentes à Política Nacional de Assistência Social e suas interfaces, o curso contou com a participação de diversos docentes, inclusive de fora da ESS/UFRJ, só sendo possível porque foi realizado de maneira remota e pela colaboração e compromisso com a assistência social dos docentes convidados.

A equipe de discentes, embasada nos estudos trazidos nas reuniões semanais, desenvolveu uma ficha de inscrição online, hospedada gratuitamente na rede *Google*. O formulário foi elaborado para traçar o perfil dos participantes, neste caso, o do técnico que buscava a capacitação profissional via Extensão da UFRJ.

Aliás, o selo UFRJ foi mencionado como motivador para a participação. Tendo o anonimato das respostas assegurado pela plataforma Google Formulários, a equipe obteve os seguintes dados: dos 61 inscritos, 50% dos técnicos do SUAS de Nova Iguaçu é de assistentes sociais, sendo a maioria dentre os técnicos de nível superior da Semas. Formações em Psicologia e em Pedagogia aparecem logo após, contendo 21,7% e 8,3%, respectivamente. Aqui, excluindo as demais respostas de profissões localizadas, registra-se que o assistente social e o psicólogo são profissionais obrigatórios nos serviços e unidades de atendimento do SUAS.

A revelação dos dados não foi restrita apenas à profissão dos profissionais. Dados como o gênero, a raça, o tempo de formação e o grau de formação também foram coletados pela equipe. Informações que proporcionaram reflexões, por exemplo, sobre a autopercepção em torno da questão de raça/etnia dos técnicos da Assistência Social e o grau de formação de cada um. O que mostrou ser este questionário um importante instrumento de pesquisa.

A elaboração do formulário, bem como a tabulação dos dados, também foi um importante processo de aprendizado para os extensionistas. As correções realizadas pela coordenadora, apontando os equívocos e os porquês ocasionaram novos aprendizados em pesquisa e metodologia para os discentes.

5. ORIENTAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL – IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DISCIPLINA DE ESTÁGIO

Segundo Braz e Netto (2012, p. 239) no capitalismo contemporâneo, marcado

pela ideologia neoliberal, a lógica da diminuição do Estado e do corte das “gorduras sociais” se faz presente, afetando diretamente direitos sociais como o direito à educação pública, gratuita e de qualidade através do fortalecimento da iniciativa privada em detrimento de ataques e ao subfinanciamento da educação pública. Nesse cenário, torna-se essencial o fortalecimento da universidade pública, democrática e gratuita de qualidade, e de perspectivas educacionais democráticas e transformadoras. Nesse sentido, cabe a valorização da articulação entre ensino, pesquisa, extensão, sendo esse tripé o princípio orientador para o fomento de diversas formas de conhecimento, e uma ferramenta essencial para a formação de um pensador crítico da realidade social.

No âmbito da formação profissional em Serviço Social, na articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o estágio supervisionado aparece enquanto elemento essencial e obrigatório de ensino para a formação profissional em Serviço Social. De acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social (1996), elaboradas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em seu item 3.3, o estágio pode ser definido enquanto uma

atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional do campo. (ABEPSS, 1996, p. 19).

Cabe ressaltar a indissociabilidade da supervisão de campo e da supervisão acadêmica no estágio curricular obrigatório. Pois a supervisão deve ser realizada tanto pelo professor supervisor quanto pelo profissional do campo, este é um dos princípios previstos para a formação profissional em esfera nacional. Nesse sentido, conforme a Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS (2009), o estágio curricular obrigatório deve compor a grade horária do curso em forma de disciplina do núcleo de fundamentação da formação profissional e deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. Na política

local de estágio da Escola de Serviço Social (ESS) da UFRJ, o estágio curricular obrigatório é dividido em quatro níveis nas disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional – OTP.

Segundo essa política local de estágio embasada nas Diretrizes Curriculares (1996) e na PNE (2009), através do Laboratório de Pesquisa e Extensão Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva, em mais uma parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Iguaçu, foi possível abrir pela primeira vez campo de estágio, com possibilidade de bolsa, para os alunos da ESS-UFRJ que residem na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro para ocupar diferentes unidades de atendimento da assistência social em Nova Iguaçu. Além disso, o processo seletivo para estágio foi integrado com o projeto de pesquisa e extensão, visto que o objeto de estudo seria a assistência social e a inclusão produtiva em Nova Iguaçu. A partir disso, foi organizado pelos alunos do Laboratório um processo seletivo em duas etapas – formulário e entrevista virtual –, para selecionar os estudantes. Ao todo 11 estudantes foram selecionadas, e após um mês de estágio, permaneceram enquanto bolsistas. Atualmente, temos 13 estagiários remunerados em cumprimento de estágio obrigatório na SEMAS/NI em diferentes níveis de estágio, e diferentes unidades de atendimento da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial.

Dada às particularidades do processo seletivo em questão, com o critério de seleção para estudantes que residam na Baixada Fluminense do Rio de Janeiro, de unidades diversas unidades de atendimento da assistência social, e com a integração de pesquisa e extensão, coube estruturar uma OTP temática para os alunos estagiários da SEMAS/NI, e, portanto, estruturar um conteúdo programático com foco na política de assistência social. Reconhecendo a importância da mesma para os alunos de Serviço Social, como já debatido no presente texto, e a necessidade do seu aprofundamento, visto que na ESS-UFRJ o estudo obrigatório dessa política fica reduzido a uma disciplina de 30h semanais, ainda que o

assistente social assumam um lugar de protagonismo em sua execução e seu conhecimento seja essencial para a prática profissional em toda área de atuação.

Nesse sentido, uma OTP temática acerca da política de assistência social possibilita o aprofundamento da política em si e dos seus principais marcos legais, facilita a supervisão acadêmica adequada, visto que alguns alunos estavam alocados na mesma unidade de atendimento ou com um mesmo supervisor, assim como possibilita a troca de experiências da realidade dessa política no município de Nova Iguaçu, visto que muitas experiências vivenciadas pelos estudantes, e relatadas nas disciplinas de OTP, eram coletivas, e a cada troca enriquecedora para a experiência individual de cada um, ao passo em que um aprendia sobre o serviço realizado na unidade de atendimento em que o outro estava alocado e como ambos dialogavam, ou como funcionava um mesmo serviço em diferentes unidades de atendimento.

Nesse diálogo, a experiência de estágio foi uma importante ferramenta para as análises da extensão, e pode compor os estudos de base para apresentações em eventos científicos como a 11ª Semana de Integração Acadêmica da UFRJ – SIAC de fevereiro de 2022 com os trabalhos “A atenção à população em situação de rua na Assistência Social: desafios para a inclusão produtiva” e “A inclusão Produtiva na Assistência Social: uma análise a partir da extensão universitária no município de Nova Iguaçu”, e em agosto de 2022 compôs as apresentações da terceira edição do Festival do Conhecimento da UFRJ com os trabalhos “Debatendo a assistência social: o crescimento da fome e a distribuição de benefícios eventuais pós pandemia” e “A extensão universitária viabilizando a capacitação profissional: um bate papo com os extensionistas que participaram da organização do curso de capacitação de operadores do SUAS em Nova Iguaçu”.

Portanto, o estágio obrigatório dentro da política de assistência social possibilitou aos estudantes a vivência de questões concretas do cotidiano, à medida

que esses analisaram na prática as múltiplas expressões da “questão social” e como elas se atravessam na trajetória de cada usuário do SUAS. Assim como vivenciar de forma transversal a interface da política com a rede socioassistencial. Dessa forma, a disciplina de OTP temática, ao lançar um olhar específico a política de assistência social, visando à formação profissional de qualidade, e considerando seu potencial de gerar espaços de informação, formação, organização e mobilização, e do seu protagonismo para o Serviço Social, reforça um compromisso com projeto societário da classe trabalhadora, com a luta pela universidade pública, democrática e de qualidade, e com isso, com o próprio projeto Ético-Político profissional do Serviço Social consolidado na década de 90, que está sempre em disputa e carece de mobilização e fortalecimento.

6. DESAFIOS PARA A EXTENSÃO

Participar da equipe de um projeto de Extensão por si só traz consigo uma responsabilidade ímpar para todos aqueles envolvidos na equipe. Quando esta inserção se dá sobre o contexto de uma pandemia que trouxe desafios inéditos para todo o globo, sobretudo no contexto dos países em desenvolvimento e sendo o Brasil o epicentro dos casos de COVID-19 em 2021, como apontou os dados publicizados pelo jornal O Globo em 2021.

Ao se inserir em um Projeto de Extensão, inúmeras novas dinâmicas são postas para a realidade do aluno, este que em muitos momentos apenas dedicava-se às atividades de ensino. Sendo a UFRJ uma universidade que adota o tripé fundamental da Educação que consiste em Ensino, Pesquisa e Extensão, adentrar

num grupo como o coordenado pela docente Fátima Valéria de Souza é uma contribuição e um desafio no qual agrega ao corpo acadêmico, mas não só, uma vez inserido na gestão de uma pasta do Executivo de uma cidade importante para a Região Metropolitana do Rio, a Assistência Social, é fincado também para esta equipe um papel de referência, dado o reconhecimento notório do comprometimento universitário. Compromisso este que precisa ser continuado com o devido rigor.

Em tempos de pandemia, toda a dinâmica social é continuamente configurada e reconfigurada, o que não se fez diferente para a equipe do Laboratório. Ao desenvolver um projeto de Extensão, estas possíveis alterações apresentam-se de forma ainda mais presente. Como troca de gerência de algumas pastas da Secretaria, no caso do Curso de Extensão, alguns profissionais que não podiam comparecer às aulas devido à alta demanda dos atendimentos, bem como a ocorrência de uma chuva que trouxe inúmeros prejuízos para os moradores de Nova Iguaçu, e que agravou a calamidade social/sanitária/econômica já anteriormente enfrentadas pelos anos de pandemia.

Apesar dos inúmeros desafios, a Extensão durante este período que se aproxima dos dois anos de atividade, conseguiu concluir as suas atividades, bem como a Pesquisa resultou em diferentes aprendizados para os alunos, como por exemplo um de seus bolsistas de Extensão ingressado no Mestrado Acadêmico em Serviço Social na UERJ, ainda inserido no Laboratório e com a continuidade da pesquisa na Assistência Social. Assim como a entrada de novos membros da pós-graduação da Escola de Serviço Social da UFRJ e a conclusão dos membros de graduação com seus temas enriquecidos pela experiência adquirida no Projeto.

7. CONCLUSÕES

No que refere à inclusão produtiva, Nova Iguaçu não se difere de outros municípios já pesquisados. Na agência Nova Iguaçu de oportunidades as ações

eram pontuais, não tendo dados que permitam verificar se, de fato, os usuários foram incluídos produtivamente, ou se as ações ocasionaram em trabalho, emprego e aumento na renda dos participantes. A proposta inicial de atuar junto aos agricultores não foi adiante. As demandas por água, transporte e energia, apresentadas por representantes dos agricultores familiares, extrapolam os escopos da assistência social. Outras demandas, porém, poderiam ser articuladas pela agência, mas, como inclusão produtiva, não percebemos iniciativas para este público. Por outro lado, as atividades de captação de vagas para cursos de qualificação ou para emprego, apresentadas por técnicos da agência no trabalho final do curso de extensão, embora insipientes, para um município com quase 900 mil habitantes, está em consonância com a resolução nº 33 do conselho nacional de assistência social que definiu a mobilização e encaminhamento de usuários como papel da assistência social na inclusão produtiva.

Apesar de ter início em 2020, este projeto tem dado continuidade aos estudos da coordenadora na área da assistência social, em especial nas ações de inclusão produtiva. Como projeto, ainda em execução, o que cabe para finalizar este relatório é enfatizar o caminho percorrido tanto para a formação dos estudantes (graduação e pós-graduação) em serviço social, quanto para os gestores e técnicos que fazem a assistência social ser uma realidade para os que dela necessitam em Nova Iguaçu. Como projeto de extensão, o processo de aprendizado é mútuo. Docentes, gestores, técnicos, extensionistas, estagiários e mestrandos se capacitam nas ricas trocas de experiências e saberes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares par os cursos de Serviço Social**. Resolução nº 15 de 13 de março de 2002. Disponível em: <documento_201603311141012990370.pdf (abepss.org.br)> Acesso em 31 de agosto de 2022.

_____. **Política Nacional de Estágio.** 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

AZEVEDO, Ana Lucia. GARCIA, Rafael. Com 2.349 mortos em um dia, Brasil vira epicentro da pandemia. O Globo. 11 de março de 2021. Saúde. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/saude/coronavirus/com-2349-mortos-em-um-dia-brasil-vira-epicentro-da-pandemia-24919198>>. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

BRASIL, **Política Nacional de Educação Permanente do SUAS/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome** – 1ª ed. – Brasília: MDS, 2013, 57p.

BRASIL. **Resolução nº 18 de 25 de dezembro de 2016.** Altera a Resolução nº 18 de 2 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, que institui o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho – Acessuas – Trabalho. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=23/12/2016&jornal=1&pagina=193&totalArquivos=216> Acesso em: 26 jul. 2021.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2006. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

CFESS. CARTILHA ESTÁGIO SUPERVISIONADO. **Meia formação não garante o direito, o que você precisa saber sobre supervisão direta de Serviço Social.** Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_ESTAGIOSUPERVISIONADO.pdf. Acesso em: 31 de agosto de 2022.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014a.

_____. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 41. Ed. – São Paulo: Cortez, 2014b.

_____. **80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na**

frente, a história na mão. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 128, p; 13-38, jan./abr. 2017.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, Cezar Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. **As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional.** In: O mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. Ana Elizabete Mota (Org). 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil** in Serviço Social e Sociedade n. 50. SP, Cortez, 1998

SOUZA, F. V. F. DE. **Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações.** In: O Social em Questão. n. 30, Rio de Janeiro: PUC-RIO, 2013. Disponível

SOUZA. F. V. F.(org.)Assistência Social em debate: interfaces de uma política em construção. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Escola de Serviço Social, Lab. Pesq. Ext. Serviço Social, Assistência Social e Inclusão Produtiva, 2021. 288 p.

,

,

,

,